



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

RELATÓRIO DE AÇÕES

SEPLAN 2015

Brasília, dezembro de 2015



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1- CAPACITAÇÃO, AVALIAÇÃO E PESQUISAS

consecução da missão

Em 2015, foram:

- executadas 170 atividades acadêmicas (dentre elas: 1 turma de mestrado em *Direito* e 3 turmas de especialização em *Sistema de Justiça Criminal*)
- realizadas 5 atividades de extensão (1 seminário e 4 simpósios)
- gravadas 17 videoaulas
- canceladas 38 atividades
- oferecidas 7.760 vagas para capacitação
- inscritos 7.085 participantes
- capacitados 6.058 participantes
- entregues/encaminhados 7.625 formulários de avaliação de reação (dentre eles, 3 turmas da especialização em *Gestão de Pessoas*)
- respondidos 4.775 formulários de avaliação de reação e 1.186 de impacto (de janeiro a outubro)
- atingidas médias 8,8 em avaliação de reação e 8 na de impacto

Para 2016:

- foram programadas 147 atividades acadêmicas (dentre elas, 1 turma de mestrado em *Direito*) e 1 atividade de extensão (simpósio)
- serão oferecidas 6.985 vagas para capacitação
- foram introduzidos aperfeiçoamentos na elaboração do Plano de Atividades 2016, com:
 1. capacitação das comissões técnicas sobre *Gestão por Competências*, com o objetivo de aproximar o máximo possível as atividades indicadas das reais necessidades sentidas pelos ramos.
 2. capacitação dos orientadores pedagógicos sobre metodologia de ensino, com o objetivo de aprimorar o planejamento na prática pedagógica das atividades da Escola.
 3. elaboração de manual sobre os elementos que compõem um projeto pedagógico, com o objetivo de avançar na qualidade das atividades ofertadas`.

A automação da avaliação de reação está concluída para atividades a distância. Para as atividades presenciais, a ferramenta está em processo de migração para o ambiente *online*, com previsão de ser colocada em produção até meados de 2016. Com a automação haverá agilidade no *feedback* aos envolvidos, redução de uso de papel; incremento da segurança e da confiabilidade nos dados; e economia de tempo de processamento.

A Pesquisa Científica Aplicada (PCA), em 2015:

- MPF concluiu “*A investigação dos crimes contra a Administração Pública no Brasil*”, iniciada em 2014 (orçamento de R\$ 260.187,20, com a execução de R\$ 78.056,00 em 2015);
- MPF iniciou e concluiu “*60 anos da Convenção da ONU sobre a prestação de alimentos no estrangeiro: a experiência da Procuradoria Geral da República como autoridade central*” (orçamento de R\$ R\$ 139.919,64)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

2- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Institucional

Em 2015, foram formalizados 6 acordos de cooperação para capacitação e intercâmbio de conhecimento e material, perfazendo um total de 34 (trinta e quatro) em vigor. Desses, alguns geraram atividades conjuntas:

Escola Nacional de Magistratura da França – ENM	3 vagas - “ <i>L'enquête économique & financière</i> ” (Investigação econômica e financeira)
Universidade dos Estudos de Roma Tor Vergata	5 vagas - 5 p/part. Mestrado em Sist. Jurídicos Contemporâneos
Universidade de Sevilha - Espanha	16 vagas: - 6 p/part. Curso Máster em Derecho Constitucional - 10 p/part. VIII Curso Avanzado em Derecho del Trabajo para postgraduandos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

3- GOVERNANÇA E GESTÃO DE MEIOS

Foi elaborado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) *para o quinquênio* 2015-2019, documento gerencial e de políticas, fundamental para o credenciamento de pós-graduações da Escola junto ao MEC. O documento estabelece 25 (vinte e cinco) metas e 48 (quarenta e oito) indicadores de desempenho, categorizadas em 8 critérios de acordo com o modelo de excelência em gestão da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ. Também salienta, em índice remissivo, os temas do PDI correspondem às 10 (dez) dimensões de Avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Credenciamento junto ao MEC – preparação de material e coordenação de grupos para preparar a Escola para receber a Comissão do Ministério da Educação, com previsão para início de março/2016.

O quadro de pessoal da ESMPU foi aprovado pela Lei 13.032/2001. Em função disso, a SEPLAN recebeu 7 servidores: 1 técnico administrativo, 1 contratado e 5 analistas (3 em Educação e 2 em Gestão Pública).